



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1949/11	DATA: 23/11/2011
INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 15h54min	DURAÇÃO: 00h52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h52min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Henrique Fontana.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a cópia da ata da 34ª reunião ordinária, realizada no último dia 26 de outubro.

Solicito ao Plenário a dispensa da leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação em contrário, declaro dispensada sua leitura.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Passemos à deliberação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Expediente.

Ofício nº 312, de 2011, do Líder do Bloco PV/PPS, indicando o Deputado Sandro Alex, do PPS do Paraná, em substituição ao Deputado Roberto Freire, do PPS de São Paulo, na condição de titular desta Comissão Especial.

Passa-se à Ordem do Dia.

Informo que esta reunião foi convocada para discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Henrique Fontana.

Faz-se necessário esclarecer mais uma vez que esta é uma Comissão Especial de estudo, que, por ato do Presidente da Câmara, foi criada para oferecer propostas de reforma política.

Para melhor condução dos trabalhos, adotaremos os dispositivos regimentais cabíveis.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Henrique Fontana, para emitir parecer às emendas recebidas, informo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que a lista de inscrição para a discussão da matéria já se encontra aberta na mesa de apoio.

Após a leitura do parecer relativo às emendas, será iniciada a discussão, caso não haja pedido de vista da matéria relatada.

Com a palavra ao nobre Relator, Deputado Henrique Fontana.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, esse relatório foi fruto de um trabalho de meses do Deputado Henrique Fontana. Tivemos algumas horas para analisá-lo. Achamos que é até uma desconsideração entrarmos em uma votação dessa sem uma profunda análise daquilo que vem sendo apresentado, com muito critério e muito esmero, a cada votação.

Nesse sentido, para que tenhamos oportunidade de estudar um pouco mais a fundo, tomo a liberdade, com a devida vênia, de pedir vista do processo até semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Devo informar a V.Exa. e aos demais Parlamentares que o pedido de vista deve ser feito após a apresentação do parecer às emendas apresentadas, uma vez que o parecer do Relator já foi apresentado, o parecer de sua lavra, nascido de sua consciência.

Caso S.Exa. tenha aceitado as emendas ou não, evidentemente vai se manifestar em relação a umas e às outras. Após esse momento e antes de iniciada a discussão, abriremos a oportunidade regimental para o pedido de vista.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, sobre procedimentos. É claro que a orientação de V.Exa. é o que será seguido, porque é baseada no Regimento. Também tenho preocupação com o trabalho do Relator e a atenção que S.Exa. dedicou, como todos os Deputados dedicam, a seu mandato. S.Exa. tinha essa tarefa de relatar. Com as divergências de mérito, lanço a S.Exa. algumas palavras de regozijo, por ser seu colega, Deputado.

Mas eu acho que, se houver alteração do parecer em função do acolhimento de emendas, nós estamos diante de uma nova realidade, já que tratamos de uma Comissão Especial aqui.

A primeira pergunta. Li nos jornais alterações substanciais, inclusive sobre o sistema eleitoral. Posso ter compreendido errado, ou a notícia, com a responsabilidade exclusivamente jornalística, não descia ao detalhamento que o legislador deve ter nas suas propostas. Não sei se seria o caso de anunciar, desde logo, que será colocado em discussão. Se houver alteração substancial no relatório,



creio que haja precedentes para reabrir prazos, porque, por absurdo, digamos que chegasse aqui, por força das emendas, uma versão absolutamente diversa da inicial. Vou pegar um projeto: o sistema eleitoral. Será que estaríamos limitados à possibilidade de fazer destaque, diante da alteração absoluta do mérito? Penso que não. Não é o trabalho de uma Comissão Especial, penso eu.

Porém, nessa discussão de procedimentos, o árbitro é V.Exa. Faço como o devedor que liga para o avalista e fica absolutamente despreocupado, porque passou a sua inadimplência para o avalista. Passo a V.Exa. essa preocupação.

Mas, de qualquer maneira, em qualquer circunstância, terminada a apresentação do parecer do Relator sobre as emendas, com alterações, quaisquer que sejam elas — se forem radicais, repito, cairemos em outro processo —, penso que deve haver a vista coletiva, que pode ser anunciada desde logo por V.Exa., com a deliberação política da vista coletiva. Acho que todos nós estaremos interessados em examinar, com os nossos partidos, o que será objeto da deliberação. E também é praxe a vista coletiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Presidência tomará decisão, se for o caso, nesse sentido, tão logo conheçamos os fatos, com a palavra do Relator.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente Almeida Lima.

Cumprimento os colegas Parlamentares que compõem esta Comissão, todos os assessores e todos aqueles que acompanham mais esta sessão da nossa Comissão Especial para tratar da reforma política.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de, atendendo à reflexão do Deputado Miro Teixeira, adiantar que tomei a decisão de não fazer mudanças substanciais em relação ao relatório apresentado há aproximadamente 3 semanas — não recordo exatamente a data agora —, não, evidentemente, como um sinal de que o estudo das emendas não tenha sido detalhado. Nós recebemos 81 emendas, todas elas com conteúdo, evidentemente, qualificado, e que só demonstram aquilo que é a tônica de uma Comissão que busca fazer uma reforma do sistema político,



que é a pluralidade de opiniões a respeito do que seria o sistema político ideal para o País.

Só para pegar os dois temas mais marcantes dos debates desta Comissão, o sistema eleitoral e a forma de financiamento de campanhas, nós temos aqui, entre as emendas apresentadas, todas as hipóteses que foram debatidas por esta Comissão.

Existem emendas propondo o sistema majoritário, apelidado de “distritão”; e o sistema “distritão misto”. Existem emendas que propõem a votação em lista fechada; existem emendas que propõem o voto distrital misto; existem emendas que propõem um sistema proporcional, com a diminuição do tamanho da circunscrição eleitoral. Enfim, todas as variáveis estão disponíveis.

Apresento isso de forma ilustrativa, porque a proposta que, como Relator, trago à Comissão, através do Presidente, que é quem decide nosso processo de votação, é que pactuemos aqui — tive o cuidado de consultar a Assessoria da Casa — uma votação na qual todos os partidos e bancadas possam apresentar destaques, de tal maneira que o voto de aprovação do relatório que ora apresento como complementação não signifique o impedimento de nenhum partido, de nenhum colega para disputar as ideias que tem sobre o que seria melhor constar deste relatório. Com relação àquelas posições que constituírem maioria na Comissão, o meu compromisso, insisto aqui, é agregar ao relatório, que passará a ser, depois de votado, o relatório da Comissão Especial.

Eu inclusive dizia informalmente para o Presidente, e agora digo formalmente para todos aqui, que a tabela de destaques previstos, pelo tamanho das bancadas, Deputado Edinho, prevê a possibilidade de 27 destaques de bancada. Mas eu proponho mais do que isso: que cada bancada tenha pelo menos 1 destaque a mais do que aqueles proporcionados pelo nosso Regimento. Com isso, nós teremos a possibilidade de analisar aqui, provavelmente, 37 assuntos diferentes, de tal maneira que, imagino eu, pela leitura das emendas, nenhum dos temas importantes que movem o posicionamento dos partidos ou dos colegas na Comissão deixará de ser votado aqui. E para essa votação, é proposta que faço também, que nós adotemos a sistemática — isso até surgiu de conversa com o Presidente, o Deputado Pestana e outros — de duas posições a favor de determinado destaque e duas contra. Aí,



faremos a votação dos destaques, e aqueles que forem aprovados serão incorporados ao relatório.

Por exemplo, existem aqui diversas emendas que tratam da coincidência de eleições. Uma delas é da Deputada Rosane Ferreira, que muitas vezes debateu o tema aqui, e também o Deputado Marcelo Castro. Então, essa emenda será defendida, porque não a incorporei ao relatório, tenho posição diferente. Se alcançar maioria, será incorporada ao relatório.

Eu inclusive havia anotado no meu roteiro, mas talvez isso não seja possível, até para a segurança regimental nossa, para solicitar aos colegas que não pedíssemos vistas da matéria, para que o debate, a discussão começasse com um compromisso. Evidentemente, ninguém pretende iniciar a votação efetiva de matéria como esta no dia de hoje, até porque, imagino eu, na discussão os partidos vão defender seu posicionamento, explicar as emendas que apresentaram.

Quero pedir licença, com enorme respeito a cada um dos colegas que assinou emenda, para não analisar as 81 emendas, Sr. Presidente, porque seria muito cansativo dizer que a emenda tem tal conteúdo, eu não acolhi com tal visão. Esse debate vai ocorrer quando os destaques forem feitos.

Aqui há também emendas na área de financiamento, em todos os sentidos: emendas que propõem financiamento puramente privado; emendas que propõem financiamento privado com recursos geridos exclusivamente pelo partido, com teto; emendas que preveem financiamento privado sem teto; emendas que preveem financiamento misto para uma parte. Lembro, especialmente: para eleição majoritária, financiamento público; para eleição proporcional, financiamento privado. Ou seja, há misto para tudo, diz bem o Presidente.

Então, a única maneira de efetivamente votar esta matéria é através de destaques. Por maior que tenha sido o esforço do Relator para tentar compor um relatório que procure abarcar o maior equilíbrio possível das posições, esta é uma matéria que não tende a isso. É natural que os partidos tenham suas posições e que elas precisem ser checadas no voto.

Se alguém me perguntasse hoje: *“Relator, tu achas que há maioria na Comissão a favor da coincidência de eleições ou contra a coincidência de*



eleições?”, eu não saberia responder. Eu já conversei com muitos colegas, mas não saberia aferir isso. Só a votação vai nos permitir aferir esse tema.

Quero passar rapidamente pelo sistema de votação, inclusive esclarecendo detalhes que ainda, eventualmente, sejam dúvida entre nós. E quero ressaltar que o sistema pelo qual optei, no relatório que apresentei há três semanas, diferentemente da primeira posição que eu defendi... Aliás, diferentemente da segunda posição que eu defendi, porque eu sou historicamente um defensor da votação em lista fechada. Aí, como eu sou extremamente envolvido com a ideia...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Hoje, pessoalmente, talvez não mais, Deputado Esperidião Amin, mas, partidariamente, historicamente, sempre fui. Eu já fui mais, exatamente.

E quero dizer algo que eu disse em outras reuniões da Comissão: a importância que eu vejo nesta votação, de que a nossa Comissão ofereça ao Plenário da Casa a oportunidade de votar a reforma política, é tão grande, na minha convicção, que eu parti para uma segunda posição e, depois, para uma terceira posição no sistema de votação, porque, quando eu propus o sistema proporcional misto, eu ouvi críticas, como todas as que se ouvem, legítimas, que levantavam a hipótese de que, na cultura política e no momento político atual do Brasil, um voto proporcional misto, dando ao eleitor o direito de escolher um partido e um Deputado ou Deputada, poderia significar uma vantagem para o PT, porque o PT tem acumulada uma popularidade partidária maior do que outros partidos. E isto permitia a interpretação de que o meu relatório poderia ter este viés.

Chega aqui o nosso colega Luciano Castro, que foi um dos colegas que disse isso com toda a franqueza e abertamente — como, aliás, tem sido o nosso debate aqui.

Então, eu alterei o sistema de votação e retirei esse sistema com dois votos, mantendo — e aí reconheço um certo conservadorismo do Relator...

(Não identificado) - Está ficando progressista.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Progressista, estou quase filiado ao Partido Progressista. Mas acolhi uma proposta, que desde o início foi defendida por outros Deputados também, mas que foi firmada em uma emenda do Deputado



Cadoca, que é um sistema de votação utilizado em diversos países do mundo, que ficou apelidado de sistema belga. Ele se tornou mais famoso com esse nome, mas é usado na Bélgica, na Noruega, na Suécia, em sete ou oito países. E o sistema simplesmente mantém... O direito do eleitor de votar continua o mesmo de hoje. O eleitor ou vai votar partidariamente — ou seja, um voto na legenda —, ou vai votar no Deputado da sua preferência, nominalmente, e, nesse caso, então, reforça a nominata, a ordem de votação nominal dos Parlamentares.

Em relação a esse sistema, há uma frase que eu utilizo e quero repetir aqui para os colegas: ele dá 100% de poder ao eleitor para definir o quanto terá força a lista que foi organizada pelo partido ou não.

Por exemplo, Sr. Presidente, se um determinado partido fizer 100% dos seus votos para Deputado Federal em votação nominal nos seus candidatos, a lista que foi organizada por votação secreta dos filiados desse partido não terá nenhum valor, porque os Deputados eleitos todos serão os mais votados nominalmente. Se um partido de uma outra característica política tiver a metade dos seus votos para Deputado Federal votos de legenda, e esse partido, por hipótese, eleger quatro Deputados Federais em um determinado Estado da Federação, dois desses Deputados terão sido eleitos pelo voto partidário, por estarem nas primeiras posições da lista, e os outros dois terão sido eleitos pelo voto nominal, os mais votados, porque esse foi o indicativo do eleitor desse partido.

Eu costumo dizer que esse sistema é totalmente neutro em relação aos interesses legítimos de diferentes partidos. Em muitos momentos se diz que, se o sistema for esse, vai ser melhor para o partido A; se o sistema for aquele, vai ser melhor para o partido B. Então eu busquei um sistema de votação semelhante ao da cultura política atual e totalmente neutro em relação ao interesse dos partidos. Mantenho o financiamento público exclusivo de campanha, com enorme convicção em torno desse tema. Não vou aqui repetir os meus argumentos porque o meu objetivo é abrir a discussão com os colegas. Ressalto que as alterações não estruturais que fiz no relatório, em relação à última versão que apresentei há três semanas, acolhem algumas modificações: acolhi, por exemplo, parcialmente, temas que foram propostos na emenda assinada pela Deputada Luiza Erundina, no que diz respeito à participação popular, porque estamos prevendo uma forma de apoio à



tramitação de projeto de lei e de emenda à Constituição com a assinatura digital do cidadão.

O Deputado Luciano Castro abordou outro tema que está incorporado ao relatório, que é a diminuição da idade mínima para concorrer ao Senado. Junto com outros Deputados, se não me engano, o PPS também apresentou essa emenda. Foi apresentada e foi acolhida no meu relatório a diminuição do número de eleitores, para ampliar o número de cidades que terão votação em segundo turno. Cidades que têm mais de 100 mil eleitores passarão a ter votação de segundo turno.

Nós também acolhemos a mudança do domicílio eleitoral para candidatos — é importante ressaltar isso — nas eleições municipais. Um cidadão que tenha domicílio eleitoral numa cidade poderá concorrer a Prefeito de uma outra cidade do seu Estado.

Essa alteração foi sugerida em emenda do PMDB, se a memória não me falha, assinada pelo Deputado Marcelo Castro.

Depois, quero ressaltar também que muitas sugestões que constam de uma emenda substitutiva global, assinada pelo Deputado Ronaldo Caiado, fazem parte do relatório desde a primeira versão, dentre elas, a estrutura do financiamento público que eu detalhei. É evidente, como já disse hoje, que não vamos voltar aos detalhes do projeto porque não é o objetivo da Comissão neste momento.

Então eu encerro, Sr. Presidente, fazendo um pedido aos colegas da Comissão de apoio ao relatório. Que esse apoio guarde, por óbvio, a opinião de cada um dos partidos e dos colegas, que serão debatidas, porque estamos pedindo um voto favorável, ressaltados os destaques. Portanto, em cada destaque os partidos poderão apresentar suas posições e tentar constituir maioria na votação da Comissão. Com isso, nós todos conseguiremos dar um passo importante no sentido de garantir que a reforma política chegará ao plenário da Câmara para ser votado.

Como eu disse na abertura da minha fala, por maior que tenha sido o esforço de buscar a melhor síntese possível, as emendas demonstram que a única maneira de garantir a votação de um projeto e de um relatório de reforma política é aferir no voto a opinião de cada um dos partidos e de cada um dos nossos colegas. Com isso, nós vamos, sim, poder dizer que cada um de nós — e aí brincando com o meu colega Esperidião Amin —, cada um de nós aqui vai estar, ao final desta votação,



abrindo mão de parte das suas opiniões originárias, para que nós todos tenhamos produzido um relatório da nossa Comissão que seja um relatório de maioria em cada um desses assuntos.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente, na abertura do nosso processo de votação.

Só deixo mais uma sugestão a V.Exa. Vamos ter provavelmente um processo longo de votação. Enquanto a discussão está aberta, é o período em que os partidos podem fazer os destaques, inclusive articular o diálogo entre os partidos, para que não se façam quatro destaques sobre o mesmo assunto e não se possa fazer um destaque... Tem que haver a combinação entre os partidos. Se o PMDB destacou o assunto A, que o PR destaque o assunto B, para que o maior número de assuntos possa ser analisado pela nossa discussão e pelo nosso voto. Que mantenhamos um calendário de votação, mantendo o ritmo da nossa Comissão de fazer três reuniões por semana, a partir de agora, até que concluamos a nossa votação. A minha proposta seria nas terças e quartas à tarde e na quinta-feira de manhã.

Agradeço mais uma vez a contribuição de todos os colegas e da nossa Consultoria, que tem sido incansável na produção deste relatório.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Queria tirar algumas dúvidas. Ainda é possível, Fontana? É rápido. Confesso que ainda tive algumas dúvidas.

(Não identificado) - V.Exa. vai abrir a discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Confesso que o meu raciocínio... Estava tentando ver se multiplicava por mil a velocidade, exatamente por conta deste fato: o momento é de abrir a discussão ou pedido de vista. No pedido de vista, suspende-se a sessão, e esses questionamentos podem ser feitos diretamente ao Relator.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Peço que V.Exa., como questão de ordem, já leve em consideração o que eu lhe apresentei no começo, para que na hora apropriada fosse utilizado, mas como vista coletiva, para que todos possamos refletir sobre o que se passa. Em uma sessão que V.Exa. convocasse com esse fim, poderíamos examinar, enfim, debater melhor, depois de uma leitura atenta, como merece o assunto.

Vista coletiva é o que eu peço.



(Não identificado) - Sr. Presidente, o PMDB também pede vista conjunta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não entendi o final da fala do Relator: terça, quarta e quinta. Poderia repetir a proposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Relator sugere que, diante do fato concreto de pedido de vista, inclusive por mais de um Parlamentar, será concedida vista coletiva, e teremos duas sessões. Levando em consideração que amanhã teremos uma sessão, sexta não teremos...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Como estou inscrito para falar, anulo a minha inscrição, tendo em vista a generosidade de V.Exa. em permitir me pronunciar agora. Penso eu no interesse dos trabalhos.

Tenho feito reclamações em plenário, porque nós ficamos com uma pauta pesada no plenário. Há uma coincidência também no horário de funcionamento das Comissões — estou correndo para o plenário em frente, da Comissão de Código de Processo Civil.

Sobre esse tema, acho que V.Exa. deveria ter da Comissão a delegação de escolher a data e comunicar a todos, para não cairmos nessa discussão das sessões. Por exemplo, amanhã, quinta-feira, é sessão ordinária com Ordem do Dia ou sem Ordem do Dia. Há muitas discussões que podem ser travadas. Havendo sessão extraordinária, amanhã seria a primeira sessão. O decurso da segunda sessão, normalmente, seria na própria segunda-feira. Aí poderia existir essa sessão de Comissão a partir de terça-feira, inclusive, penso eu. Terça-feira, inclusive.

Acontece que estamos aqui também com outras pautas. Eu, pelo menos, não sei se tenho condições. Vou pedir para o partido inverter e passar o Reguffe para titularidade, se ele não tiver com outras Comissões, e eu fico na suplência, porque eu quero me dedicar a esse trabalho, mas há uma impossibilidade de conciliar com o próprio plenário. E não há essa história de dizer que só interrompe na hora da votação. Nós queremos acompanhar o processo de discussão na Ordem do Dia. É a Ordem do Dia que interrompe. Queremos acompanhar a discussão, queremos discutir, queremos encaminhar. E eu vi a aflição de V.Exa. ontem lá também, no plenário, na hora da votação da DRU, sendo chamado para cá e para lá, para o trabalho de Comissões. Eu fui para o microfone e falei exatamente isso que estou



falando agora. Então, não adianta, porque nós não vamos, no meu ponto de vista, chegar e dizer assim: *“É melhor fazer quinta-feira ou quarta-feira”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas qual é a sugestão de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A sugestão é que V.Exa. fique com a delegação da Comissão para examinar esses horários e, de repente, marcar assim: quinta-feira da semana que vem. Já decorridas as duas sessões. Mas não podemos cair na necessidade de fazer na sessão imediatamente seguinte ao decurso de duas. Só isso. V.Exa. poderia ter essa delegação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Miro Teixeira, particularmente, eu aceito a ponderação de V.Exa., desde quando cumpridas as duas sessões. E eu gostaria de dividir essa responsabilidade, como eu tenho feito, com o Relator. Eu me entendo com o Relator, o Relator se entende comigo, e fixamos. Todas as vezes em que o Relator dirigiu-se a esta Presidência solicitando uma audiência, ela foi concedida. Então, o Relator, comigo, cumpridos os dois dias, as duas sessões, nós fixamos, com o objetivo de estabelecer exatamente essa discussão, de forma...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu acho que sim. E quero dizer que é exatamente como o Presidente disse. O meu pedido, a minha sugestão à Comissão é que, como eu entendo que a fase mais rica da Comissão, no sentido do debate, vai iniciar agora, porque nós vamos, de fato, votar temas, e, então, nós vamos ter a sustentação da posição a, da posição b, vamos aprovar ou rejeitar determinadas ideias, e os Parlamentares vão ter a oportunidade de defender essas posições que não estão contempladas no relatório, nós temos que fazer uma agenda forte, para que nós possamos, de fato, votar todos os destaques. Então, se pudermos iniciar na terça-feira, eu acho que isso é positivo. Se ocorrer algum problema com outra Comissão, a cada momento nós iremos avaliando, porque colisões sempre vão ocorrer, não é, Presidente?

Durante o nosso trabalho de discussão, usávamos, em princípio, a quinta de manhã e a quarta. Era o nosso usual aqui. Eu sugiro que façamos essa tentativa, e, como propôs o Deputado Miro, o Presidente a cada dia vá definindo. Se surgir algo



como surgiu ontem, quando o Plenário decidiu votar a DRU no início da tarde, nós não teremos como realizar a reunião da Comissão aqui.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A questão não é nós nos reunirmos para debater, porque isso é sempre prazeroso. É porque chega um momento em que temos que discutir formalmente, encaminhar e votar. E isso tem que ser um ritual mesmo, com empenho na discussão, no encaminhamento, na votação. Tem que ser litúrgico, tendo em vista a gravidade do tema, de repercussão geral na vida dos cidadãos. É importante nós nos reunirmos, trocarmos ideia, discutirmos, aprofundarmos. Eu teria algumas perguntas a fazer sobre essa diferença da lista fechada de um lado...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas a liturgia iniciou, Deputado Miro. Com o pedido de vistas de hoje, a liturgia iniciou.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não, a liturgia inicia desde o momento em que o Presidente diz: *"Está aberta a sessão"*. O que eu quero dizer é que o processo de votação tem um rito próprio, que não é esse do debate informal. O que se está propondo aqui é: vamos ficar debatendo. Então, está bem, vamos ficar. Porém, isso não supre aquele movimento...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não, não, não. Desculpe-me, desculpe-me, eu me expressei mal, então. Vai começar a discussão com a inscrição de cada Parlamentar no período de discussões.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Deputado, eu sou o carioca mais anti-litúrgico que V.Exa. pode conhecer. Eu acho que liturgias muitas vezes atrapalham. Sou a favor de se comentar francamente, sou a favor de tudo isso. Ocorre que esse é um tema que, no dia seguinte, terá repercussões. Então, esse processo do dia da deliberação, ou dos dias da deliberação... Não se sabe quantos estarão inscritos para discutir, se haverá requerimento de encerramento da discussão. E nos destaques? O autor do destaque terá a palavra? Quantos dias levará isso? Então, acho que V.Exa. poderia acatar o que disse o Presidente, os dois poderiam conversar e traçar aqui um plano de voo, mas com pontos de abastecimento, porque a rota vai ser longa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Miro Teixeira, eu compreendi perfeitamente e tenho plena convicção de que o nobre Relator



compreendeu. Nós temos que cumprir regimentalmente duas sessões ordinárias. A primeira deve ser amanhã, quinta-feira. Se sexta-feira tiver a segunda — normalmente não tem — e se segunda-feira tiver a segunda — normalmente não tem —, seria na terça-feira automaticamente. Não tendo a segunda, seria na quarta-feira.

Então, fica determinado que a sessão será a primeira após cumpridas as duas sessões. Evidentemente, com a antecedência necessária — porque sabemos o calendário da Casa —, nós tomaremos uma decisão e comunicaremos a V.Exas., atendendo exatamente ao desejo de ser uma sessão de debate com tempo suficiente para cada um expor a sua posição e assumir a responsabilidade que vai decorrer do voto.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todos e declaro encerrada a presente reunião.